



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

**PARECER nº 41 / 2025 - PRE/DG/ASSED**

1. Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para contratação de empresa para prestação contínua de serviços terceirizados, com cessão de mão de obra residente, compreendendo copa e cozinha, mensageiro(a), auxiliar técnico operacional e recepção, para atendimento aos clientes internos e externos do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital n.º 90007/2025 (documento n.º 3484169).
2. Verificou-se o cumprimento das condições legais inerentes à fase interna do certame, conforme registrado na decisão que autorizou a abertura da licitação (documento n.º 3442434).
3. Registra-se, ainda, designação de Pregoeiro e equipe de apoio, nomeados por meio da Portaria 829/2022 (documento n.º 3449386).
  - 3.1. Vale ressaltar que, no curso do Pregão, ocorreu nova designação de Pregoeiro para dar continuidade ao procedimento, tendo em vista licença para capacitação do Pregoeiro inicialmente designado.
4. O edital foi publicado no sistema Portal de Compras e no DOU (documentos n.ºs 3449390, 3449406 e 3449468).
  - 4.1. Registre-se, também, a publicação do aviso de suspensão e reabertura do certame, documentos n.º 3476587, 3477182, 3484193 e 3484220.
5. Houve apresentação de pedidos de esclarecimentos, os quais foram devidamente respondidos e publicados (docs. n.ºs 3449922, 3453713 e 3466604).
6. Foram apresentadas, também, impugnações ao edital, documentos n.ºs 3467859 e 3473421.
  - 6.1. Com base nos Pareceres n.ºs 351 e 355/2025 da ASJUR1 (docs. n.ºs 3471899 e 3477361), a autoridade administrativa decidiu por julgá-las improcedentes, mantendo-se as condições do edital, conforme documentos n.ºs 3472530 e 3479496.
7. Da leitura da documentação acostada, observa-se que foram cumpridas as etapas do procedimento previstas no edital. Verifica-se que as ocorrências do pregão foram registradas de forma detalhada pelo Pregoeiro no *chat* no Termo de Julgamento, documento n.º 3501561, e em seu relatório parcial e manifestação, documentos n.ºs 3500800 e 3528617, inclusive quanto aos motivos que ensejaram a desclassificação das empresas classificadas em 1º e 2º lugar.
8. Realizada a verificação de conformidade da proposta da licitante classificada em 3º lugar, foram examinados os documentos de habilitação. Na sequência, o item do pregão foi aceito e habilitado à empresa **SEC SERVICOS DE MAO DE OBRA TEMPORARIA LTDA.**
  - 8.1. Registra-se que a Certidão de Regularidade com o FGTS e a Certidão Negativa de Falência, vencidas após realização do certame, foram atualizadas e anexadas aos autos mediante documentos n.ºs 3535643 e 3539250.
9. De acordo com consulta ao SICAF e demais documentos anexados, verifica-se que a empresa vencedora não possui impedimentos de licitar (documento n.º 3499959).
10. Aberto o prazo, foi interposto recurso pela empresa LAMIL SERVIÇOS LTDA. e correspondente contrarrazões foram apresentadas, conforme documentos n.ºs 3507255 e 3515662.
11. Mediante manifestação no documento n.º 3528617, o Pregoeiro sustentou seus argumentos pela improcedência do recurso interposto e pela manutenção da habilitação da empresa vencedora SEC SERVICOS DE MAO DE OBRA TEMPORARIA LTDA.
12. No Parecer n.º 432/2025, documento n.º 3530967, a ASJUR1 opinou de igual modo pelo não acolhimento do recurso impetrado pela empresa LAMIL SERVIÇOS LTDA.

13. Assim, com lastro no referido parecer jurídico, o procedimento poderá ser submetido à apreciação do Sr. Diretor-Geral, recomendando-se o indeferimento do recurso e manutenção da decisão do Pregoeiro.

14. Observa-se que foram anexados aos autos, o Termo de Julgamento, Relatório de Declarações da licitante, Documentos de Habilitação da empresa declarada vencedora (docs. n.ºs 3499959 e 3501561), e o Relatório Parcial e manifestação do Pregoeiro (docs. n.ºs 3500800 e 3528617).

15. Assim sendo, constata-se a regularidade do procedimento, que se encontra apto ao julgamento do recurso, à adjudicação do objeto e homologação da licitação pelo Diretor-Geral, podendo a Administração, ato contínuo, adotar as providências para celebração do ajuste com a empresa vencedora, nos termos do art. 90, da Lei n.º 14.133/2021.

16. Ressalte-se que a futura contratada deverá manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação determinadas na licitação, a teor do disposto no art. 92, XVI, da Lei n.º 14.133/2021.

À consideração superior.

Cintia Mont'Alverne  
Técnico Judiciário

De acordo.  
Ao Diretor-Geral, para apreciação.

**MARIA REGINA RIBEIRO SANTANA**  
Assessora Especial da Diretoria-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Cíntia Alencar Mont'alverne, Técnico Judiciário**, em 06/10/2025, às 09:54, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Regina Ribeiro Santana, Analista Judiciário**, em 06/10/2025, às 10:02, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3535667** e o código CRC **3A269674**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

**DECISÃO nº 3539255 / 2025 - PRE/DG/ASSED**

Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para contratação de empresa para prestação contínua de serviços terceirizados, com cessão de mão de obra residente, compreendendo copa e cozinha, mensageiro(a), auxiliar técnico operacional e recepção, para atendimento aos clientes internos e externos do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital n.º 90007/2025 (documento n.º 3484169).

Realizada a sessão pública, de acordo com as etapas previstas no instrumento convocatório, houve interposição de recurso pela empresa LAMIL SERVIÇOS LTDA.

Após análise da peça recursal e contrarrazões (documentos n.ºs 3507255 e 3515662), o Pregoeiro designado manifestou-se pela improcedência do recurso, conforme manifestação acostada em documento n.º 3528617.

Instada a examinar a matéria, a Assessoria Jurídica de Licitações, Contratos (ASJUR1), se pronunciou mediante Parecer n.º 432/2025 (doc. n.º 3530967), conforme trecho abaixo transcrito:

- "5. No documento n.º 3528617, após relatório, o Pregoeiro apresentou os seguintes fundamentos:  
[...]  
5.1. Assim, concluiu pelo não acolhimento do Recurso.  
6. Esta Unidade de assessoramento, na mesma linha de entendimento do Pregoeiro, à vista da documentação anexada aos fólios, manifesta-se pelo não acolhimento das razões recursais, devendo ser mantida a habilitação da SEC SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA LTDA."

Deste modo, lastreado no parecer n.º 432/2025, exarado pela ASJUR1, o qual acolho e que passa a integrar a presente decisão, com amparo no art. 143, VIII, da Resolução Administrativa n.º 27/2024, **julgo improcedente** o recurso interposto pela empresa LAMIL SERVIÇOS LTDA., mantendo-se, por consequência, a decisão do Pregoeiro (doc. n.º 3528617).

No mais, considerando a análise de regularidade do pregão realizada pela ASSED (doc. n.º 3535667), com fundamento no art. 71, IV e 90 da Lei n.º 14.133/2021 e nas atribuições do art. 143, V, da Resolução Administrativa n.º 27/2024, **ADJUDICO** o item da licitação à empresa **SEC SERVICOS DE MAO DE OBRA TEMPORARIA LTDA.**, CNPJ 33.282.182/0001-90, pelo valor total de **R\$3.183.074,38** (três milhões, cento e oitenta e três mil setenta e quatro reais e trinta e oito centavos), e **HOMOLOGO** o Pregão Eletrônico n.º 90007/2025, determinando a convocação da empresa adjudicatária para assinatura do contrato, de acordo com o Termo de Julgamento acostado no documento n.º 3501561.

Assim posto, encaminhe-se, simultaneamente:

- ao NUP, para conhecimento e providências.
- à SOF, para emissão de empenho.
- à SGA, para formalização do ajuste e demais providências.
- à SGS, para acompanhamento e adoção de providências relativas à transição contratual.

**RAIMUNDO VIEIRA**  
Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 06/10/2025, às 10:30, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3539255** e o código CRC **4316C2A0**.

